

DILEMAS DA OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE OITOCENTISTAS: A ESCRITA DA HISTÓRIA EM FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

VICTOR HUGO BAPTISTA NEVES 1

Resumo: Este artigo trata de algumas questões à respeito da escrita da história em pleno século XIX. Nosso objetivo principal repousa em fazer um pequeno resgate das duas principais correntes que tratavam desta questão que foram o positivismo e o historicismo. Ao longo do artigo, que envolve questões da historiografia e teoria da história, exporemos algumas distinções a respeito da possibilidade do conhecimento histórico ao alcance da verdade, por exemplo. Como participante ativo deste momento, levantamos o caso de Francisco Adolfo de Varnhagen. Com alguns conceitos que entremeavam as suas obras, como a principal delas, a *História Geral do Brasil*, podemos perceber como ele se apropriava de tais ideias com o objetivo de alcançar e divulgar a *verdade histórica*.

Palavras-chave: Historiografia, Teoria da História, Objetividade, Subjetividade; Francisco Adolfo de Varnhagem;

Abstract: This article addresses some questions about the writing of history in the nineteenth century. Our goal is to make a small rescue of the two main currents that addressed this issue: positivism and historicism. Throughout the article, which deals with issues of historiography and theory of history, we will expose some differences regarding the possibility of historical knowledge within the truth. As an active participant of this moment, we raised the case of Francisco Adolfo de Varnhagen. With some concepts that were part of his works, as the main one, the *História Geral do Brasil* (General History of Brazil), we can see how he appropriated such ideas in order to achieve and promote the *historical truth*.

Keywords: Historiography, Theory of History, Objectivity, Subjectivity; Francisco Adolfo de Varnhagem.

Résumé: Cet article aborde quelques questions sur l'écriture de l'histoire au XIXe siècle. Notre objectif est de faire une petite sauvetage des deux grands courants qui ont abordé cette question: le positivisme et de l'historicisme. Tout au long de l'article, qui traite des questions de l'historiographie et la théorie de l'histoire, nous exposerons quelques différences quant à la possibilité de la connaissance historique dans la vérité. En tant que

1Doutorando do Programa de Pós-graduação em História, em história política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ. **Currículo lattes:** lattes.cnpq.br/6632108239115283. E-mail: vhbn@hotmail.com

participant actif de ce moment, nous avons soulevé le cas de Francisco Adolfo de Varnhagen. Avec certains concepts qui faisaient partie de ses oeuvres, comme la principale, *História Geral do Brasil* (l'Histoire générale du Brésil), nous pouvons voir comment il s'approprie ces idées afin de réaliser et de promouvoir la *vérité historique*.

Mots-clés: Historiographie, théorie de l'histoire, de l'objectivité, de la subjectivité, Francisco Adolfo de Varnhagem;

*A história dá o tom do século, assim
como a filosofia havia feito com o século XVIII.
Augustin Thierry –Lettres sur Le histoire de France*

Assim descrevia Augustin Thierry, (1795-1856) importante historiador francês que não teve dúvidas de marcar a posição de destaque que o século XIX se encontrava. É no *século da história* que podemos encontrar já na primeira metade do Oitocentos dois grandes modelos, dois grandes paradigmas: positivismo e historicismo. (BARROS, 2011b, p.23) O positivismo, assim como o historicismo, encontravam-se no âmbito da História dita científica. Como bem lembrado, a história neste momento, ganhara “foros de cientificidade” em que ela, entendida enquanto disciplina, galgava espaço no meio universitário. Neste processo perdia o historiador aquele caráter que sempre lhe fora conferido, isto é, o de “homem de letras”. Destarte ele passa assumir a condição de pesquisador, garantindo lugar entre os seus iguais na produção científica. (GUIMARÃES, 1988, p.5)

O historiador reconhecido entre seus pares como tal tinha o domínio do chamado método científico, isto é, o *método histórico*, que se amparava em princípios e regras relativas à heurística, à crítica e à síntese históricas. Tal historiador sabia aplicá-las aos documentos/fontes, “matéria-prima da produção do conhecimento histórico”. Para os historiadores científicos a história que produziam seria verdadeira se ela se detivesse, de forma suficiente aos fatos reais, acessados por meios de tais documentos. Desta forma todo discurso histórico, leia-se, todo texto histórico era portador de certeza, tinha a pretensão de “constituir uma reprodução, de natureza especular, da História propriamente dita, os acontecimentos tal como se passaram na realidade.” (FALCON, 1996, p.15)

A história desde os tempos remotos já era objeto de reflexão – lembrar que o pai da história era um grego da antiguidade – e foi a partir da segunda metade do século

XVIII e décadas iniciais do Oitocentos que ela demandava uma postura diferentemente das crônicas, relatos, memórias; ou seja, ela desejava transformar-se em história científica. Óbvio que não podemos heroicizar um século, no nosso caso o Oitocentos, pois nas primeiras décadas do Novecentos, os *Annales* foram mais longe ainda. Contudo, apesar da “história-problema” ter sido o carro chefe desta nova corrente, Barros lembra que tal imagem dicotômica e antitética entre “história factual” e “história-problema” não é inteiramente verdadeira, porque já no Oitocentos a história desfrutava de uma teoria da história, representadas pelos paradigmas positivista, historicista e materialista dialético. (BARROS, 2011b, p.23).

Se o século XIX, conforme citamos, é o século de nossa disciplina, se no início de tal século a história se institui como uma institucionalizada disciplina no meio universitário, vale lembrar que a história cresceu à “sombra do poder”. Desta forma ela pôde se afirmar em troca pela difusão de instituições como a escola, a universidade e academias. Apesar de tudo, já no final do Oitocentos podemos encontrar a filha de Clio receosa, “ameaçada de morte”, pois a história institucionalizada se viu em inúmeras dificuldades em “disputas acadêmicas” que envolviam “praticantes mais novos” e também “vizinhos epistemológicos” como os praticantes da sociologia, economia, geografia, antropologia, lingüística e psicologia. Para fugir de tal ameaça, a história teve que fazer algumas concessões. Reagindo como pôde, ela buscou “alianças com os inimigos”, dos quais passou a importar problemáticas, abordagens e objetos”. (NEVES, 2011, p.78) Desta forma nasceu, numa tentativa de aproximar-se das Ciências sociais, os *Annales*.

O movimento dos *Annales*, foi visto por alguns historiadores como uma verdadeira revolução na historiografia não só francesa, mas ocidental. (BURKE,1991) Não cairemos em tomar partido ora enaltecendo ora criticando ao ponto de tentar apagar de nossa atual historiografia a herança dos *annalistes* 2. Necessitamos, contudo, ponderar, e neste raciocínio entendemos que os *Annales* tiveram – e ainda tem - a sua importância, todavia não é tal escola a única legitimadora da escrita da história e seu conhecimento. Com os *Annales* a utilização da “imaginação criadora” fez surgir muitas pesquisas frutíferas. Assim novas searas foram abertas, novos territórios foram explorados pelos historiadores analistas, dos quais, Fernand Braudel, ajudou a

2Utilizamos a expressão de VAINFAS, 2012, p.12.

reformular o conceito sobre o próprio tempo histórico com a sua “longe durée”. (BENTIVOGLIO, p.10)

Este movimento cristalizou tal tendência em sua revista por Bloch e Febvre em 1929. Com os *Annales* o “paradigma rankeano” passou por uma inflexão. O paradigma rankeano, ou como preferem Estevão Martins e Pedro Caldas chamar de “parâmetro” rankeano estava fundado em três alicerces: o rigor do método - tendo em vista a qualidade das fontes; a articulação entre os diversos campos de conhecimentos e a não aceitação de qualquer pensamento dogmático. Para Ranke o ser humano encontra seu sentido: “... é na história, coma a história e pela histórica que o ser humano alcança o maior saber de si, o único acesso á compreensão plena da vida humana.”(MARTINS; CALDAS, p. 17). Tal parâmetro objetivava a busca de verdade, fato que poderiam taxá-lo – e rótulos não são a garantia de qualidade da análise – como um historiador positivista ao modos de Conte e que até mesmo o materialismo histórico concordaria também no seu afã de transformar a história numa ciência, contudo não era a visão rankeana de escrever a história à luz do positivismo – que transpunha o método das ciências duras às ciências do espírito que se dedicavam ás regularidade das ações humana no tempo e de uma apologia – quase cega- no futuro e no progresso humano que a ciência poderia realizar. (Bentovoglio,) Esta verdade tão sonhada por Ranke é uma “verdade humana”, ou seja, a busca pela “essência humana incompleta e imperfeita” que o historiador deve buscar sempre. A compreensão da verdade aqui não possui um caráter epistemológico, mas ontológico, isto é ao ser humano (Bentovoglio, 20).

Tal mudança proporcionada pelos *Annales* culminava não mais como prioridade o “tratamento empírico das fontes”, mas na valorização da teoria que fora adaptada dos modelos sociológicos e econômicos, deixando em um plano bem inferior os aspectos artísticos da elaboração dos textos. A história com fontes completamente envolvida com a teoria até à manifestação de um texto, de um discurso científico, sim. Já as semelhanças com literatura, restrição...

Se no Novecentos temos uma expansão da utilização e descobertas de novas fontes, no Oitocentos temos a tão propalada “crítica documental” o que significou um salto na metodologia de tratamento da documentação. No Oitocentos podemos elencar “movimentos perfeitamente encadeados” que transformaram profundamente a reflexão e a práticas dos historiadores. (BARROS, 2011b, p.23). Esses movimentos foram a pretensão de cientificidade para o conhecimento histórico, o surgimento da figura do

historiador profissional, a idéia de uma, embora inicial, comunidade científica de historiadores, a história no rol das disciplinas acadêmicas, a construção de um método e um sistema de regras que possam conduzir a um saber historiográfico e a emergência dos “paradigmas historiográficos.” (BARROS, 2011b, p.24). Com esta breve reflexão da história no século XIX, podemos agora nos debruçar como tais paradigmas encaravam a questão da objetividade/subjetividade do conhecimento, sobretudo histórico.

Tais movimentos encadeados no século XIX começaram então a se desenvolver. Herdeiro do Iluminismo apesar de invertê-lo na sua aplicabilidade social tendo uma posição mais conservadora, na primeira metade do século XIX, o positivismo já se encontrava consolidado. Neste momento podemos inserir o IGHB como herdeiro do iluminismo, de tipo ilustrado lusitano “marcadamente católico e conservador.” Importante ressaltar que aqui no Brasil a produção historiográfica não se deu no início como na Europa por meio das Universidades, mas sim da Academia na qual para integrar-se a ela eram recrutados elementos das elites a partir das relações sociais, desta forma imprimia-se uma posição de marca profundamente elitista. (GUIMARÃES, 1988, p5).

O que diferenciava principalmente as universidades europeias, sobretudo alemã, do Instituto Histórico era a sua forma de ingresso. Enquanto na primeira o historiador passava por diversas avaliações, provas e concursos, no Brasil a situação não era tão “meritocrática” assim, quer dizer, as relações sociais até mesmo as relações pessoais davam peso para o homem de letras ingressar em um círculo tão fechado assim. Tornar-se membro do Instituto Histórico era mais um sinal de prestígio. Daí Manoel Luiz Guimarães afirmar a respeito do caráter profundamente elitista e conservador do IHGB.

As luzes marcaram profundamente as concepções dos fundadores do IHGB, pois para se ter uma idéia o primeiro presidente do Instituto, José Feliciano Fernandes Pinheiro era profundo admirador do historiador iluminista Edward Gibbon (1737-1794) autor do *The History of the decline and fall do Roman Empire (1766-1788)* (GUIMARÃES, 1988, p.25) Gibbon, soube conciliar três tradições de práticas historiográficas que começaram na Antiguidade ao estilo *historia magistra vitae*, máxima de Cícero. Nesta primeira tradição não importava o fato em si, isto é, se ele ocorreu ou não, mas suas lições de moral, “um ensinamento para a vida, seja particular de um indivíduo, seja pública de um governante” Maquiavel e outros autores subseqüentes culminando nos demais representantes da Ilustração – marcaram a segunda tradição. Como tal foi

marcada por uma reflexão mais laica, mais secularizada sobre os homens em sociedade, “para qual muitos dos argumentos eram históricos, embora estes não fossem deduzidos de uma pesquisa empírica e, sim, de um gigantesco esforço de racionalização”. Esta segunda tradição primava por um trabalho de “teorização” sobre o conceito de sociedade que “ao se acumular, colocava à disposição dos pósteros não propriamente uma história, mas, sobretudo uma série de pressupostos, de esquemas mentais, para interpretar as ações dos homens e dos povos.” Por fim, a *terceira tradição* advém das conseqüências das Reformas religiosas – quer protestantes, quer católicas – isto é, de suas disputas que desencadearam um “frenético movimento de investigação empírica em torno das raízes do Cristianismo, das bases de uma doutrina e do percurso da Igreja.” (NEVES, 2011, p. 76,77)

Já o historicismo vai se edificando ao longo do “século da História”, apesar de seus precursores serem encontrados no Setecentos tais como Vico (1668-1744) e Herder (1744-1803) com maior atenção a uma relativização da sociedade, idéia que batia de frente ao universalismo das Luzes, pois o “particular” lhes interessava mais. Para os primeiros historicistas, quer filósofos, quer historiadores, o historicismo se forjava no século XIX, encontrava-se no processo de “construir-se a si mesmo” (BARROS, 2011b, p.67). O historicismo contou com o leque de Ranke (1795-1886)³ que vai até Droysen (1808-1884) e Dilthey (1833-1911) a historiadores e filósofos do século XX como Gadamer (1900-2002), Paul Ricoeur (1913-2005) e Marrou:

“historicistas relativistas que já se ocupam em trazer à historiografia uma reflexão sobre a subjetividade do próprio sujeito que constrói a história, bem como a singularidade do padrão metodológico a ser encaminhando pela historiografia: um padrão ‘compreensivo’ e não ‘explicativo’ como nas ciências naturais.” (BARROS, 2011b, p.67).

Se a questão da subjetividade é o que une de maneira geral os historicistas, estes por sua vez podem se dividir em algumas vertentes, por exemplo, os “historicistas realistas”, quer dizer, aqueles que apesar de reconhecerem na subjetividade uma “riqueza inestimável” propõe-na um certo controle, impondo-a certos limites. (BARROS, 2011b, p.68)

³Ranke aqui é entendido por alguns como um historiador positivista, para outro como historicista. Entendemos como a segunda opção baseando-nos nas proposições em BARROS (2011b) e REIS (2002).

De acordo com José Carlos Reis, o historicismo pôs em xeque a “unidade humana judaico-cristã-iluminista”. A figura maior é Ranke, o “novo Heródoto, o re-fundador da história nos tempos modernos.” Reis enfatiza as transformações provocadas pelo historicismo e faz suas palavras a máxima de Meinecke: uma “revolução cultural”. Esta revolução se fez sentir em diversos ramos do conhecimento tais como na filosofia por Novalis, na filologia, Grimm; no direito, Savigny; na economia política, Knies; e óbvio, na história com Ranke. Reis está e acordo com Iggers sobre a atualidade do debate a respeito do historicismo. Esta atualidade pode ser percebida no que ele chamou de “crise da consciência teológica e universalista que o historicismo sempre combateu.” (REIS, 2002, p.25)

Podemos, além dos conceitos dicotômicos de particular/universal, colocar outras diferenciações entre tais paradigmas que nortearam a produção do conhecimento do século XIX. Primeiramente temos a questão da metodologia: se ela pode ser encarada como uma continuidade da prática das ciências naturais ou se a história deveria possuir um método e reflexões práticas própria. Segunda diferenciação: se a história conseguisse chegar às tão propaladas leis universais que regiam as ciências exatas e naturais, ou seja, a diferença aqui resumia-se na objetividade e subjetividade na história e, por fim, na terceira diferenciação, o papel na posição do próprio historiador em relação ao conhecimento que produz: se é “neutro”, “imparcial” ou “imerso na própria subjetividade” e “engajado na transformação social”.

Somente esta dimensão teórica dispensada à História enquanto disciplina universitária é que a configurou como objeto principal destes paradigmas. (BARROS , 2011b, p.64-65). Estas questões estavam nos debates acadêmicos, nas disputas intelectuais. Em nossa tese de doutorado estamos a investigar justamente a características das práticas historiográficas de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Buscamos compreender como Varnhagen se posicionava diante dos seus *adversários intelectuais* a fim de buscar um lugar de destaque na sociedade imperial brasileira como historiador, “cronista-mor do Império”, como ele bem gostava que fosse chamado. Varnhagen em suas polêmicas não perdia a oportunidade de se colocar como mestre, como aquele que por ter chegado à *verdade histórica*, compartilharia o saber *iluminado* aos pobres mortais, como alguém que deveria ser reconhecido por produzir uma obra de tamanha magnitude que foi a *História Geral do Brasil*, dedica ao imperador D. Pedro II, seu principal mecenas. Tal obra sempre baseada, segundo ele, em

documentos por ele mesmo pesquisados em diversos arquivos não do só do Brasil, como do estrangeiro também. A partir dos documentos que relatavam a *realidade* dos fatos que Varnhagen poderia escrever uma história, ou melhor A história. Assim, a título de exemplo, pensava Francisco Adolfo de Varnhagen em uma de suas polêmicas:

Escrever uma história, encarar nela **devidamente os fatos**, e contá-los com algum interesse para o leitor, e com proveito para o país, *não é ser mero compilador*. Para escrever uma história é necessário ter fé viva no que se escreve, e **um entusiástico amor pela verdade**: é necessário que a alma do historiador se tenha arrebatado à vista da grandeza dos acontecimentos que se tem a escrever, a fim de apresentá-las elevada e nobremente. (VARNHAGEN – APUD CLADO LESSA, 1955, p. 39, grifo nosso)

O caráter “científico” da história é recente na história do conhecimento ocidental. Esta nova história científica acompanha as transformações político-sociais desencadeadas nos países da Europa ocidental e norte da América. Do compromisso entre a *aristocracia*- que se adaptou, na sociedade industrial a conservar certos privilégios – as *monarquias constitucionais* – que cada vez demonstra a expansão de práticas liberais – e a *burguesia industrial* – que começa a se associar ao capital financeiro - é que se assenta, em confortável base, este tipo de historiografia. (BARROS, 2011b, p.12-13). Além destes três elementos, somamos também as *classes populares* que não podem mais ser ignoradas pelo menos no sentido de coerção, de manipulação. Dentro dessas novas possibilidades, de um momento de fecundidade é que o “poder precisou se assenhorear do discurso”. Ora, nada mais “legítimo” deste discurso, para se tornar “verdadeiro”, a sua fundamentação pela história.

Contudo, esta nova historiografia não se constitui apenas sob o signo da mudança. Se não é somente da ruptura que ela se reformula, da continuidade com as antigas formas ela não abrirá mão. Se no palco vimos o ator principal (a história científica) esta não se encontra sozinha, pois outros dois atores – a *objetividade* e a *subjetividade*-mantiveram intenso diálogo, conflito em certas vezes. Neste sentido é que podemos entender certas “práticas historiográficas” daquilo desempenhado do que José D’Assunção Barros chamou de pelos *historiadores novos*. (BARROS, 2011b, p.12-13). Tais historiadores terão que dialogar com três tipos de “velhos historiadores” que Barros enumera. Em primeiro lugar o “filósofo historiador” como enxerga Hegel; em segundo, o

“historiador literato” como entendia Mably e por fim o terceiro: aquele “arrolador de fatos”, papel desempenhado pelo “historiador colecionador de fatos” como via Mabillon. Lembrar neste caso em uma carta de Marx a Engels que aquele definia Ranke como “mentiroso catador de detalhes.” (BOTTOMORE, 2001, p.179)

“De igual maneira, os novos *historiadores cientistas* além de terem lido ‘histórias’ também leram ‘estórias’. (BARROS, 2011b, p.18). Esta nova historiografia não era tão rebelde assim com a produção do conhecimento humano forjado ao longo dos tempos. Ranke, a título de exemplo, foi acusado por Droysen de manchar sua imagem científica por ser um leitor assíduo das “estórias” de Walter Scott, dos seus romances históricos. Sobre uma suposta rebeldia da historiografia, Guilherme Neves ressalta um fato importante de como a literatura de certa forma contribuíra para uma produção historiográfica, não só de obras literárias como também produção de inúmeras biografias. (NEVES, 2011, p.68)

No Brasil, isso fica evidenciado na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB, fundado em 1838. Sua proposta de levar a cabo um projeto de novos tempos tendo como marca a “soberania do princípio nacional” como critério definidor da identidade nacional, podemos observar a permanência, como atenta Manoel Luis Salgado Guimarães, na história brasileira, em sua tentativa de integrar o novo e o velho, de forma que sejam evitadas as rupturas. (GUIMARÃES, 1988, p.7) Portanto, esta nova historiografia que se dizia científica em pleno século XIX, é mais uma demonstração, entre outros exemplos, de como sistemas complexos podem se originar a partir do binômio continuidade/descontinuidade e nas palavras de Barros:

“um acúmulo de potencialidades anteriores à inédita sensibilização de elementos esparsos e desconectados, das releituras do que já existia ante aos pequenos prenúncios que já começaram a se anunciar à maneira de pequenos clarões até que, sem ninguém saiba exatamente como aconteceu, já se havia instalado um novo tipo de luminosidade que iria ajudar a definir as cores predominantemente de toda uma nova época.” (BARROS, 2011b, p.19)

Um problema que se apresentava aos positivistas era a aceitação da subjetividade ligada no momento da produção científica, pois eles estavam intimamente ligados a um modelo cientificista que buscou ligar os elementos da sociedade aos modelos propostos das ciências naturais, já os historicistas a viam como possibilidades à produção de

conhecimento, tornando a História uma disciplina com especificidade própria. Mas antes mesmo da questão da subjetividade, importante aqui é situarmos a posição de cada paradigma a respeito do próprio Homem, que consideravam-no como algo imutável, assim pensavam os positivistas visão oposta a de um ser em “processo de diferenciação” proposto pelos historicistas. (BARROS, 2011b, p.68). Com isso fica mais fácil entender que os primeiros possuíam uma noção do “paradigma explicativo” conforme ao das Ciências Naturais, e os segundos a um “paradigma da compreensão”. Os adeptos do historicismo, se colocaram abertamente contra o “primado da explicação” em benefício do “primado da compreensão” partido do princípio “do caráter único e irreduzível das diferentes épocas, sociedades e culturas”, ou seja, eles se opuseram à razão iluminista, pois puseram em destaque o particular perante o universal e advogavam a “interpretação como base da compreensão verdadeiramente histórica do passado, valorizando sobretudo a hermenêutica, como método.” (FALCON, 1996. P.16) Ora, diante destas considerações se tivéssemos que inserir Varnhagen a um paradigma com certeza não seria o paradigma historicista. O fato do autor de extensa obra ter em seu caminho a *objetividade*, fez com que ele pretendesse escrever uma *história universal* comum a todos os seres humanos - pelo menos foi isso que ele tentou fazer ao construir o seu “edifício” que era a *História Geral do Brasil*:

À medida que avançavam proficuamente nossas pesquisas, que encontrávamos novos materiais para o projetado **edifício**, cobrávamos maiores receios, ao conhecer que o mesmo edifício reclamava de dia para dia mais hábil **arquiteto**; (VARNHAGEN, 1854, p.10,11, grifo nosso)

O autor *História Geral do Brasil* na “*seção I*” na parte final intitulada “*Duas palavras sobre esta obra*” descrevia como fora o seu trabalho de compor a sua obra máxima. Para isso lançou mão da metáfora de uma obra de engenharia, ofício lembrado talvez pelo seu pai, Frederico Varnhagen na montagem da fábrica Ipanema em Sorocaba, na província de São Paulo, e até mesmo por sua formação, pois no exército português, atuara como engenheiro. Assim como um “edifício” sua obra era um trabalho que havia demandado muitos anos, planejada desde “muitos anos” até culminar na primeira edição em 1854. Somente um “hábil arquiteto” para tal empresa, “pois que, sem alargar as proporções nem perder de vista a indispensável condição da unidade, convinha aproveitar bem a crescente profusão dos materiais, e, sobretudo, ligá-los com não inadequado cimento.” (VARNHAGEN, 1854, p.11) Uma “árdua tarefa” no intuito de “prestar

este serviço ao país em que nascemos” (VARNHAGEN, 1854, p.10,11) e dedicar à “Vossa Majestade Imperial”, D. Pedro II. (VARNHAGEN, 1854, p.VI) Capistrano de Abreu chegou a comentar sobre este episódio, pois “ele era um desses homens fortes que as dificuldades não detêm. Um problema era uma incitação” para o sorocabano. (ABREU, 1975, p.127)

Tal qual o alquimista em busca do elixir da vida, o historiador, aos moldes de Varnhagen, almejava chegar à *verdade histórica*, escola que ele se dizia pertencedor:

“A escola histórica a que pertencemos é, como já temos dito por vezes, estranha a essa demasiado sentimental, que, pretendendo comover muito, chega a afastar-se da própria VERDADE.” (VARNHAGEN, 1871, p.XXV)

Mas como se apropriar da verdade? Podemos observar Varnhagen em certas passagens afirmando que o caminho para se apropriar da verdade seria através da *imparcialidade*. Nesta visão Varnhagen poderia ser interpretado dotado de tonalidade positivista, pois não aceitava de modo algum o fator subjetivo marcando sua obra embora nem sempre “cumprira o combinado”:

“Pare de ler quem não aprecia como primeiro dote do historiador a fria imparcialidade no exame da verdade. Pela nossa parte em atingir esta [a verdade] até onde pudemos apurar pelos documentos conhecidos hoje, pusemos todo o desvelo: convencidos de que ela, e só ela, pode oferecer harmonia eterna entre os fatos.” (VARNHAGEN, 1854, p.11)

Porém, em um momento de profundas mudanças em relação ao estatuto da história no Oitocentos – e do próprio historiador, seria difícil definir Varnhagen preso à uma determinada escola historiográfica. Pois como pode um historiador ser tratado de positivista em sua escrita se esta não consegue se desvencilhar dos sentimentos pessoais?

Varnhagen além de demonstrar passagens que demonstram parcialidade e subjetividade, o que tem causado certo estranhamento é o fato dele não se esforçar em “apagar-se”. Varnhagen apresenta suas verdadeiras explicações “cuja origem são os sentimentos”. (CEZAR, 2005, p.218) Varnhagen fracassara, diversas vezes, na proposta de separar sua análise dos sentimentos pessoais. (CEZAR, 2005, p.233) Essa “tensão subjetiva” que perpassa pela maior parte dos historiadores, não pode ser negada, pois Varnhagen ao construir sua narrativa “nunca se apaga”, pois se encontra no “interior” do

seu próprio texto, pois no caso da História da Independência, “não é possível contar a história de seu tempo sem estar nela.” (CEZAR, 2005, p. 233)

Porém, em um momento de profundas mudanças em relação ao estatuto da história no Oitocentos – e do próprio historiador, seria difícil definir Varnhagen preso à uma determinada escola historiográfica. Pois como pode um historiador ser tratado como positivista em sua escrita se esta não consegue se desvencilhar dos sentimentos pessoais? François Hartog, que estudou o caso do historiador francês Chateaubriand⁴, em que, este estava inserido de acordo com Hartog, em dois modelos assim denominados regimes de historicidade. (HARTOG, 2013) Desta forma, Chateaubriand não pode ser definido como um historiador pertencente a um específico regime de historicidade. De acordo com Hartog a utilização do conceito de regime de historicidade permite compreender a "possibilidade da produção de histórias: de acordo com as relações respectivas do presente, do passado e do futuro, determinados tipos de história são possíveis e outros não". (HARTOG, 2013, p. 39)

Ora, assim como Hartog olha para a obra de Chateaubriand e consegue entendê-lo no momento entre dois regimes de historicidade, nós conseguimos fazer um paralelo com Varnhagen que se encontra em um momento importante da nacionalidade promovida pelo império do Brasil e a institucionalização da história atrelada ao IHGB. Varnhagen se encontrava o velho e o novo. Certos momentos na escrita de sua história o vemos basear-se na tradição, não se tratando de onde vem tais informações, mas por outro lado, vemos Varnhagen empenhado na busca por documentos, sobretudo, originais inéditos para a construção de sua obra magna: a História Geral do Brasil. Nem tão velho nem tão novo assim.

Já há algum tempo se constata *crise da História* e uma outra que se segue a esta, a *crise do ofício do historiador*, gerando um “certo mal-estar”. A noção de crise tornou-se uma “espécie de freqüentadora habitual das análises da historiografia que tentam apresentar o estado atual da disciplina” (FALCON, 1996, p.17) que culmina no “ataque partido de duas direções e visando também dois alvos distintos, mas correlatos- o fazer do historiador e o produto de tal fazer: o discurso histórico” (FALCON, 1996, p.7). Apesar de cada historiador, nos dias atuais, possa refletir sobre tal crise, ele enuncia suas avaliações a partir de um lugar específico. Falcon já alertava ao fato de que há uma carência de debates em que cada historiador pode contribuir com suas percepções e

⁴François-René de Chateaubriand. (1768-1848).

“explicar os dilemas que hoje afetam a disciplina e a profissão historiadora” (FALCON, 1996, p.18).

Para se ter uma apreensão melhor do que trata a teoria da história é que não se pode deixar de lado tais paradigmas – positivismo, historicismo e mais tarde o materialismo histórico- pois demonstram o “imenso iceberg teórico” que começa a se consolidar no “oceano historiográfico” do Oitocentos. Portanto, a importância de se atribuir valor ao estudo, à reflexão da história da historiografia é que tais estudos continuam na pauta atualmente de discussões, elementos indispensáveis à formação do historiador contemporâneo. Apesar deste texto está incluso na temática da história da historiografia, não podemos deixar de refletir sobre o presente. A atual historiografia deve se amparar em uma teoria da história (BARROS. B, 2011, p.71). Barros vai mais além em propor até mesmo uma “filosofia da história” detonando uma especulação dos historiadores sobre seu próprio *métier*.

Esta base, este apoio que a teoria fornece à história, também trata sobre as questões relativas à cientificidade da história: o velho debate entre os historiadores se a sua disciplina é ciência ou não, como, por exemplo, entre os que defende hoje uma aproximação da literatura, assim como os *Annales* defendiam a aproximação com demais ciências humanas (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.12). Não nos cabe aqui alongar muito sobre tais discussões por necessitarmos de tempo e espaço. O mais importante é que a “teoria é filha da razão e irmã da metodologia científica”. (BARROS, 2011a, p.47). Através dela que podemos oferecer balizas para que o carro (neste caso, nosso trabalho historiográfico) não se desgoverne. Mas somente a reflexão sobre a teoria da história não é suficiente. É desta forma – na utilização dos conceitos e hipóteses, na busca da compreensão da relação da história com a memória, com o tempo, com outras ciências e demais saberes constituídos, com o espaço – que poderemos aperfeiçoar aquilo denominado por José D’Assunção Barros de “consciência historiográfica” adequada. (BARROS, 2011a, p.1)

A história da historiografia é “crucial para o aperfeiçoamento teórico da ciência histórica, ou mesmo de modo mais lato, do conhecimento histórico”. Arno Wehling ao defender uma posição cientificista da história, defende também, e é o que mais nos

5 Arno Wehling define assim: “traçar um território de objetividade (ou objetivação) do conhecimento histórico, capaz de fazê-lo lógico (inteiramente articulado) capaz de fazê-lo lógico (inteiramente articulado) e coerente (compatibilizando premissas, meios, e produtos), para ampliar o grau de precisão e intersubjetividade, na comunidade científica, deste conhecimento.” (WEHLING, 1992, p.162).

interessa neste caso, a avaliação crítica da produção historiográfica com a finalidade de refinar “procedimentos intelectuais de nossa própria ‘operação historiográfica’” daí a história da historiografia, não possui nenhuma razão quer metodológica, quer epistemológica para não realizá-la. Como a história é ciência para Wehling este afirma que nenhuma ciência do século XVI até os dias atuais se desenvolveu sem uma reflexão teórico-metodológico “sobre sua própria natureza, objeto, procedimentos e fins.” (WEHLING, 1992, p.163). Apesar da diferenças, Falcon afirma sobre a aceitação quase consensual do *realismo histórico*, ou seja, a “história é real, e portanto, a história-disciplina é ou continua a ser, uma tentativa sempre renovada de conhecer de alguma forma – explicando, compreendendo, interpretando – aquela História, o passado” (FALCON, 1996 p.25,26) o que ele costuma chamar de “realidade histórica”. (FALCON, 1996 p.17)

Bibliografia

ABREU, Capistrano de. "Sobre o Visconde de Porto Seguro", in: *Ensaio e Estudos (Crítica e História)*, 1ª série, 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, volume I. Princípios e Conceitos Fundamentais*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011a.

_____. *Teoria da História, volume II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011b.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013.

Burke, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália*. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.), *Novos domínios da história*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

CEZAR, Temístocles. "Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen." *História*, Franca (São Paulo), v. 24, n. 2, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

FALCON, Francisco. "A identidade do historiador". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996.

GUIMARÃES, Manoel L. S. "Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História nacional." *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1(1): 05-27, 1988.

LESSA, Clado. "Vida e obra de Varnhagen" (continuação do número anterior)", *RIHGB*, Rio de Janeiro, vol. 226, jan./mar. 1955, p. 39. O grifo é nosso.

MARTINS, Estevão; CALDAS, Pedro. "Leopold Von Ranke (1795-1886)." in: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. (orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013

MARX, Karl. "Carta a Friedrich Engels de 7 de setembro de 1864." In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 179.

NEVES, Guilherme Pereira das. *História, teoria e variações*. 1. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, Companhia das Índias, 2011. v. 1. 325p

REIS, José Carlos. *O Historicismo: a Redescoberta da História*. Locus: Revista de História. Juiz de Fora, v. 8 n. 1. jan. – jul. 2002.

WEHLING, Arno. Fundamentos e Virtualidades da Epistemologia da História: algumas questões. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, FGV, vol. 5, nº10, 1992, pp. 147-169.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral Brazil*. Tomo I, Madrid, Imprensa da V. de Dominguez, 1854

_____. *Historia das luctas com os Holandezes no Brazil, desde 1624 a 1654*. Vienna: Finsterback, 1871, p. XXV.